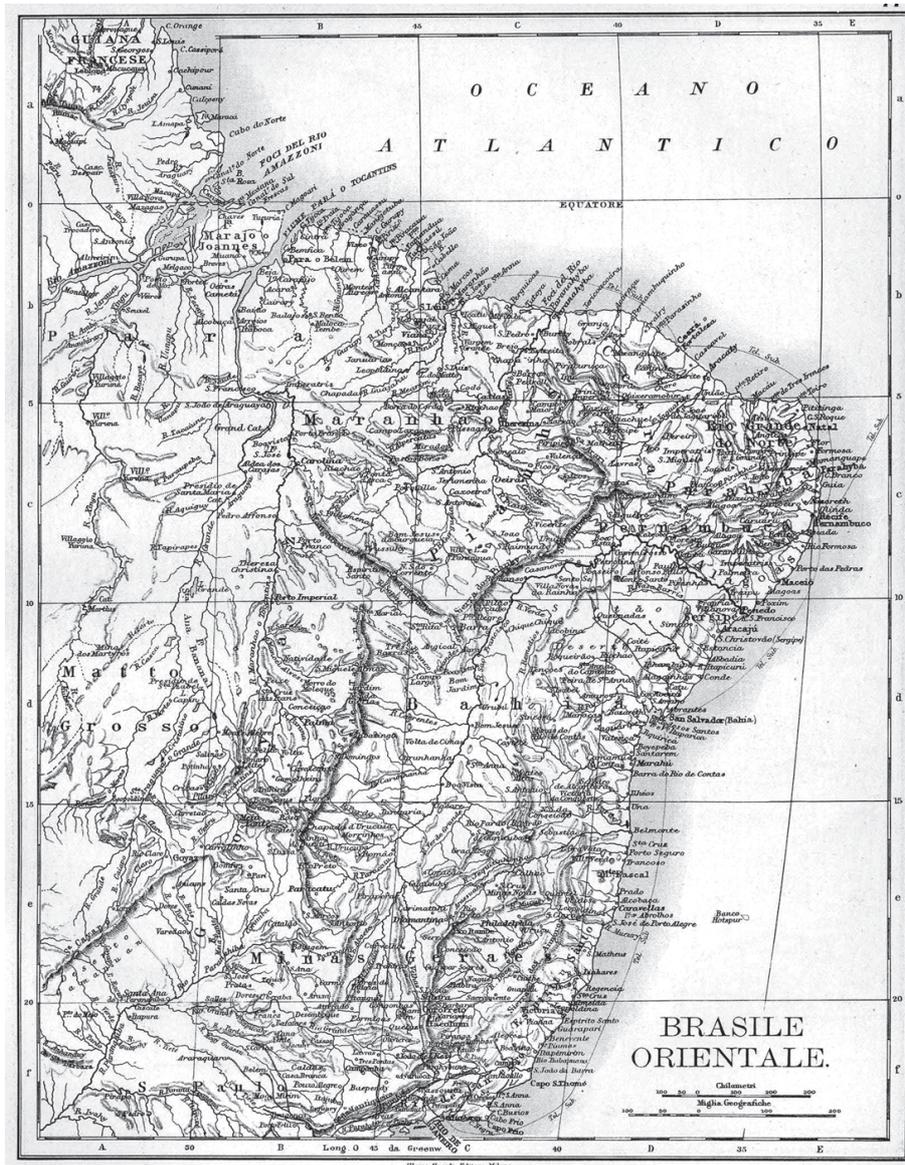


Mapa da costa oriental brasileira, Ulrico Hoepli Editores, Milão (1899).



Luciana Corrêa do Lago*

Trabalho e Moradia na Periferia: para Uma Política Urbana Economicamente Orientada

Resumo: O artigo examina as conexões entre as mudanças no mundo do trabalho e a qualidade de vida urbana na metrópole do Rio de Janeiro, buscando estender os sentidos do conceito de trabalho precário utilizado em análises estruturais de natureza estatística. A dimensão territorial, entendida como os lugares e as distâncias na cidade é incorporada como fator determinante de bem-estar social e como expressão e instrumento de poder econômico e simbólico. O texto conjuga uma leitura estrutural do mercado de trabalho metropolitano, privilegiando os municípios periféricos e os trabalhadores manuais, com a apreensão de algumas experiências de trabalho no setor de confecção de roupas, em bairros operários na periferia. A principal conclusão é de que a concentração territorial do setor de confecções e o saber acumulado pelas costureiras como trabalhadoras autônomas são dois elementos necessários para a ampliação de ações coletivas que disputem e redirecionem os recursos públicos para o fortalecimento de experiências autogestionárias de trabalho e para a reprodução do trabalhador e sua família.

Palavras-chave: Território; trabalho precário; trabalho doméstico; autogestão; qualidade de vida urbana.

Abstract: The article examines the connections between the changes in the labor world and the quality of urban life in the metropolis of Rio de Janeiro, seeking to extend the meanings of what is classified today as precarious work in statistical analysis. The territorial dimension, understood as the places and distances in the city, is incorporated as a determinant of social welfare and as an expression and instrument of economic and symbolic power. The text combines a structural reading of metropolitan labor market, favoring the peripheral municipalities and manual workers, with the comprehension of some work experiences in the clothing industry sector, in working class neighborhoods on the periphery. It concludes that the territorial concentration of the clothing sector and the knowledge accumulated by the dressmakers working as autonomous are two necessary elements for the extension of collective actions that dispute and redirect public resources towards strengthening self-managed experiences of work and to the reproduction of the worker and his family.

Keywords: Territory; precarious labour; domestic labour; self-managed labour; quality of urban life.

.....
*Arquiteta e urbanista. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Professora adjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Programa de Pós-graduação na mesma Instituição. Endereço postal: Av. Pedro Calmon, 550, Prédio da Reitoria, s. 533, Cidade Universitária, CEP: 21941-590, Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: lucianalago@terra.com.br

Já trabalhei em confecção de carteira assinada. Ano passado eu trabalhei em uma fábrica de ternos aqui em Caxias, na APA. Antes de eu começar a trabalhar em casa trabalhei numa fábrica lá em Vilar dos Teles também. Na fábrica eu não me sentia muito bem, porque você fica muito presa, ganha pouco e não tem valor. Eu não gostava muito e tentava fugir e foi nessa hora que eu pensei: “ah, vou comprar as máquinas e trabalhar em casa”.¹

Introdução

Introduzi a fala acima como epígrafe porque nela encontramos duas ideias centrais que orientam o presente artigo: o mercado de trabalho urbano como um campo de possibilidades para o trabalhador manual e a casa da periferia, espaço de reprodução familiar, como espaço produtivo. Com essas ideias, buscarei colocar alguma luz nas idas e vindas entre o trabalho precário e o trabalho estável numa grande metrópole brasileira – o Rio de Janeiro –, centrando meu olhar nas conexões entre distintas formas do trabalho e a qualidade de vida na cidade. Entendo que as alterações no mundo do trabalho modificam as condições de apropriação dos bens de consumo coletivo e individual e que tais condições também modificam as formas de trabalho. Entendo ainda que, para refletirmos sobre a boa vida na cidade, precisamos ultrapassar o paradigma republicano do bem-estar social (sustentado no tripé emprego estável, segurança da renda e universalização do acesso aos serviços básicos), introduzindo nas análises sobre a vida urbana as potencialidades e os limites de organização política do trabalho “instável”, as condições para a ampliação do tempo do não-trabalho e as possibilidades diversas de uso desse tempo.

A proposta de leitura da realidade metropolitana do Rio de Janeiro, nessa perspectiva de conjugar formas de trabalho e condições de vida, tem como intenção dar subsídios para a formulação de políticas urbanas que busquem romper a fronteira que divide os campos da produção econômica e da reprodução social. Nesse sentido, três pressupostos dão sentido ao caminho analítico aqui proposto. Os dois primeiros dizem respeito à dimensão do território, ou seja, ao lugar das pessoas, dos equipamentos e das atividades na cidade, à forma como estes se concentram ou se dispersam no espaço da cidade e, portanto, às distâncias e tempos percorridos cotidianamente pelos trabalhadores e suas famílias. Como primeiro pressuposto, entendo que a redução dessas distâncias e tempos de circulação é fator determinante de bem-estar social, de ampliação do acesso a recursos e serviços e do tempo do não trabalho. Os percursos casa-trabalho são percebidos como tempo de trabalho e a redução das distâncias, como ganho para o trabalhador. Para David Harvey (1980), qualquer investimento público, ao ganhar sua localização na cidade, gera necessariamente situações desiguais de acessibilidade ao serviço entre os moradores.

.....
¹ Entrevista realizada em 2008 com a costureira V., 29 anos, autônoma, que exerce sua profissão em sua própria casa, em Caxias.

Portanto, a disputa por recursos públicos, no sentido da redução das desigualdades sociais, é também uma disputa por localização na cidade.

No campo dos estudos urbanos latino-americanos, a primeira ideia a que nos remete o termo periferia é a da “distância”, a de um lugar integrado ao processo de acumulação urbana, porém onde a urbanidade não se completou em função da própria lógica desse processo.² Como categorias complementares, o “centro” e a “periferia” abriram a perspectiva de pensar a metrópole como uma totalidade profundamente desigual. Nesse sentido, a periferia reúne um somatório de “distâncias”: geográfica, cultural, social e econômica. A concentração do emprego, da moradia das classes médias e superiores e dos equipamentos e serviços urbanos nas áreas centrais das grandes cidades e, conseqüentemente, as enormes carências que marcam os espaços periféricos sustentaram, até os anos 1990, essa visão dual das desigualdades socioterritoriais nas metrópoles brasileiras. Estudos recentes começam a explorar, em função das alterações no mundo do trabalho, os limites analíticos da noção de periferia como expressão da vida urbana nos espaços populares (TELLES, 2006; LAGO, 2007). O presente artigo segue nessa direção, examinando a quantidade, a qualidade e a espacialidade do que denominamos trabalho precário.

O segundo pressuposto é um desdobramento do primeiro e refere-se ao fato de as desigualdades socioterritoriais mencionadas acima serem utilizadas pela classe dominante como mecanismo de (re)produção de seu poder econômico e simbólico. Ou seja, numa sociedade de classes, os lugares e as distâncias na cidade são, ao mesmo tempo, expressão das relações de poder e instrumento de poder. A concentração de uma determinada categoria social numa determinada área residencial não é apenas o resultado das desigualdades econômicas e de poder entre as classes sociais na disputa pela apropriação dos recursos distribuídos no espaço urbano, podendo funcionar como fator (re)produtor ou redutor de tais desigualdades. Nesse sentido, bairros mais exclusivos das categorias sociais superiores ou áreas mais tipicamente operárias podem abrigar um grau de coesão de classe que possibilita estratégias de ação e condições de vida urbana específicas entre aqueles ali residentes.

Essa conjugação entre lugar de moradia e ação de classe foi evidenciada por Christian Topalov (1996), ao analisar a gênese da reforma urbana e do *welfare state* como novo sistema de poder na Europa, na virada do século XIX para o século XX. Os reformadores entenderam que, para uma mudança radical nos costumes dos operários, já organizados politicamente nesse momento, seria necessário, entre outras ações, romper os vínculos de solidariedade consolidados no cotidiano dos bairros operários. Assim, formulou-se o ideal da moradia digna para o trabalhador: a casa própria, salubre e suburbana, distante do centro. Pierre Bourdieu (1997) também

² Trata-se aqui da noção de “periferia”, construída nos anos 1970, nos marcos da sociologia urbana marxista e incorporada em seguida ao senso comum, que qualifica um determinado território na metrópole pelo conjunto de carências ali observadas e não encontradas em outro lugar: carência de serviços públicos básicos, de urbanização das áreas públicas, de titularidade da propriedade e de proximidade do mercado de trabalho, entre outras (KOWARICK, 1983). A noção de “cidade-dormitório” surgiu como síntese dessas carências e das enormes distâncias a serem percorridas diariamente entre o lugar da moradia e o do trabalho.

nos fala do “efeito do lugar” sobre as relações de dominação numa sociedade de classes. Para o autor, os dominantes usam o território, ou melhor, a demarcação do seu próprio território e aquele dos dominados, como dispositivo de reafirmação da dominação, por meio dos ganhos monetários com a valorização imobiliária e dos ganhos simbólicos de distinção.

Seguindo nessa direção, podemos pensar como hipótese que áreas com alta concentração de trabalhadores precários ou desocupados, distantes da experiência de classe e com reduzido poder de disputa na cidade, podem funcionar como fator redutor do campo de possibilidades de trabalho e de acesso aos recursos públicos para os lá residentes (KAZTMAN, 2001). Assim, bairros com maior diversidade social, abrigando trabalhadores com inserções laborais diferenciadas, com conexões extralocais também diferenciadas, produziram um efeito positivo sobre o poder de disputa daqueles moradores em torno da redistribuição dos recursos públicos. Essa hipótese contém o sentido político da leitura aqui proposta sobre as formas de trabalho na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Investigar as mudanças no mundo do trabalho, em especial o que se denomina precarização do trabalho, e seus efeitos no perfil social dos bairros residenciais periféricos tem por objetivo entender as possibilidades de novas formas de organização do trabalho para além da fábrica, por meio das quais se espera maior poder de apropriação dos recursos públicos por parte dos trabalhadores.

O terceiro pressuposto refere-se à simplificação, no campo da política e dos estudos urbanos, de categorias do mundo do trabalho tais como “precarização” e “informalidade”, que passam a significar uma ampla diversidade de situações laborais. Seguindo Vera Telles (2006), é preciso construir novos planos de referência, novas descrições por fora das tipificações predominantes – informalidade, precariedade, vulnerabilidade, entre outras – como condição para a formulação de novas questões e, ainda incluo, para a investigação das potencialidades do trabalho não-salariado e do papel do bairro como espaço produtivo. Portanto, o trabalho não regulado por regras socialmente instituídas dentro de um marco legal não deve ser entendido, *a priori*, como prejuízo ou vantagem para o trabalhador. O argumento de Eduardo Noronha sintetiza essa visão.

Argumentamos que somente quando tivermos identificado os diversos tipos ou grupos de “contratos atípicos” (conceito que talvez seja preferível ao de “informalidade”), previstos ou não pelas leis, poderemos definir as eventuais inconveniências da ausência de um padrão contratual único e principalmente identificar as razões da existência de contratos atípicos e ilegais ou não-previstos em lei e socialmente ilegítimos (NORONHA, 2003, p. 111).

Esse caminho analítico amplia o campo de visão das atividades laborais em curso nas áreas periféricas metropolitanas ao possibilitar a apreensão da complexidade do mundo popular, especialmente dos vínculos produtivos locais que ultrapassam a dicotomia formal/informal. Minha intenção é estender os sentidos do que

é classificado hoje como trabalho precário ou informal nas análises estruturais, de natureza estatística, sobre as mudanças nas relações de trabalho nas últimas três décadas. Tais análises têm servido como base legitimadora das políticas de inclusão social, em que predominam os programas, focalizados territorialmente, de geração de emprego e renda, de incentivo ao empreendedorismo e de requalificação do trabalhador para uma nova inserção no mercado. Buscarei, como método, conjugar uma leitura estrutural do mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro, privilegiando os municípios periféricos e os trabalhadores manuais, com a apreensão de algumas experiências de trabalho no setor de confecção de roupas em determinadas áreas tipicamente operárias na mesma metrópole.

Uma Leitura Estrutural sobre o Lugar do Trabalho e suas Formas na Metrópole do Rio de Janeiro

As principais tendências do mercado de trabalho metropolitano do Rio de Janeiro³ coincidem com os resultados já apontados por inúmeros estudos sobre as cidades brasileiras e latino-americanas. Até o final dos anos 1970, experimentamos a expansão do emprego com carteira assinada em todos os setores da economia e, conseqüentemente, a crença no pleno emprego num futuro próximo. A partir dos anos 1980, a reestruturação produtiva proliferada no mundo ocidental levou à reversão daquela expansão e a taxas crescentes de desemprego e de trabalho precário, não só na América Latina (SABOIA, 2005), mas também nos países capitalistas avançados (MÉSZÁROS, 2006).

Analisando o mercado de trabalho metropolitano do Rio de Janeiro com base no comportamento de três grandes grupos ocupacionais – categorias superiores, médias e populares –⁴ podemos dizer que as alterações, na década de 1990, não foram estruturais. As ocupações populares, que agregam os trabalhadores manuais (operários da indústria, comerciários, prestadores de serviços, trabalhadores domésticos e ambulantes), sofreram um pequeno aumento relativo, passando de 57,5% para 59,3% do total de trabalhadores, assim como as categorias superiores (dirigentes e profissionais) que aumentaram de 8,4% para 10%. Já a participação das categorias médias caiu de 30,4% para 27,8%.⁵ Porém, a complexidade do mercado de trabalho

³ Hoje, a área metropolitana do Rio de Janeiro inclui vinte municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Mesquita, Tanguá, Maricá, Itaguaí e Mangaratiba. Em 2000, esse conjunto de municípios abrigava cerca de onze milhões de residentes, estando cerca de quatro milhões ocupados.

⁴ Essas três grandes categorias sintetizam a estrutura sócio-ocupacional (uma *proxi* da estrutura de classes) construída no âmbito do Observatório das Metrópoles/IPPUR/UFRJ e que resulta do pressuposto de que (ainda) é o trabalho o fator que posiciona socialmente o indivíduo na sociedade. A estrutura é formada por 25 categorias sócio-ocupacionais (agregadas em oito grandes categorias), construídas por meio da hierarquização social das ocupações definidas nos censos demográficos de 1991 e 2000. *Categorias superiores*: 1. Dirigentes (grandes empregadores e dirigentes do setor público e privado); 2. Profissionais de nível superior (empregados, autônomos, estatutários e professores) e 3. Pequenos empregadores. *Categorias médias*: 4. Empregados em ocupações de rotina, supervisão, segurança, ensino básico e técnicos. *Categorias populares*: 5. Trabalhadores do secundário (trabalhadores da indústria moderna, da indústria tradicional, dos serviços auxiliares à indústria e da construção civil); 6. Trabalhadores do terciário (prestadores de serviço e comerciários); 7. Trabalhadores do terciário não especializado (porteiros e vigias, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros); e 8. Agricultores.

⁵ Tendências semelhantes foram encontradas nas metrópoles de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre.

no Brasil e particularmente nas metrópoles, aponta para uma diversidade de tendências dentro de cada um dos três grandes grupos sócio-ocupacionais.⁶

Entre os trabalhadores manuais, foram os prestadores de serviços especializados⁷ os principais responsáveis pelo aumento supracitado, seguidos pelos operários dos serviços auxiliares da indústria,⁸ operários da construção civil, ambulantes e trabalhadores do comércio. Como contrapartida, detectou-se forte queda relativa dos operários da indústria – de 13% para 8% – e, em menor escala, dos prestadores de serviços não-especializados (porteiros e vigias, por exemplo) – de 6,2% para 5,3%. Os trabalhadores domésticos mantiveram o mesmo percentual no período: em torno de 8,7%. Tais mudanças ocorreram tanto no núcleo metropolitano (município do Rio de Janeiro) quanto nos municípios periféricos, variando apenas a intensidade das alterações.

A relativa estabilidade da estrutura ocupacional, no entanto, foi atravessada por uma clara “precarização” das relações de trabalho em todas as categorias ocupacionais (Tabela 1), já apontada em outras análises sobre o mesmo universo (OLIVEIRA, 2004). O trabalho precário foi quantificado aqui pelo somatório de duas formas de trabalho definidas pelo IBGE, o “emprego sem carteira” e o “trabalho por conta própria”, em contraposição ao “emprego com carteira”. Encontramos o maior aumento relativo dos precários entre os trabalhadores domésticos, que passaram de 45% em 1991 para 66% em 2000. Os prestadores de serviços não-especializados (porteiros e vigias, na sua maioria), também apresentaram forte aumento: de 12% para 19%. Entre os operários do setor industrial, tanto as categorias ligadas à indústria de transformação, que perderam posição relativa na estrutura social, quanto aquelas ligadas à construção civil, que a ganharam, apresentaram aumento significativo no percentual dos “sem carteira” e “conta própria”. Entre os operários da construção, esse percentual, que em 1991 já alcançava 66%, chegou a 74% em 2000. Na indústria tradicional,⁹ passou de 45,4% para 55,1% e na indústria moderna, de 36,4% para 45,9%.

A retração do emprego com carteira assinada está associada a um aumento da instabilidade da renda do trabalho, porém na Tabela 1 podemos ver que essa instabilidade foi, de certa forma, compensada pelo aumento da renda média mensal, em todas as categorias ocupacionais, inclusive nas mais precárias como a dos ambulantes. Uma renda maior, mas não garantida, mensalmente possibilita, ao mesmo tempo, uma ampliação do poder de consumo no curto prazo e uma redução na capacidade de endividamento a longo prazo por parte dos trabalhadores. Tais tendências alteram de forma significativa o campo de possibilidades desses trabalhadores se integrarem à cidade – aluguel da casa, longas prestações para compra do imóvel, taxas de água e luz e passagem de transporte são custos permanentes ou de longo prazo que a instabilidade da renda impede, periodicamente, de serem pagos. Soma-se a esse contingente de trabalhadores precários aquele dos desocupados,

⁶ Fonte: censos demográficos de 1991 e 2000.

⁷ As ocupações com maior peso dentro dessa categoria são: garçons, vigilantes, cozinheiros e motoristas no setor de serviços.

⁸ Setores de transporte, distribuição de água, eletricidade e gás são os de maior peso na categoria.

⁹ As ocupações com maior peso na indústria tradicional são as costureiras e os padeiros.

Tabela 1: Relação de trabalho e renda média segundo algumas categorias sócio-ocupacionais, na metrópole do Rio de Janeiro: 1991 e 2000.

Categorias Sócio-ocupacionais	% conta própria + empregado sem carteira		renda média do trabalho principal em S.M.	
	1991	2000	1991	2000
Profissionais de Nível Superior	21%	35%	10,0	12,6
Ocupações de Nível Médio	15%	26%	4,1	6,0
Ocupações Manuais				
Trabalhadores do Comércio	40%	43%	2,6	3,4
Prestadores de Serviços Especializados	32%	46%	2,1	2,9
Operários da Indústria Moderna	36%	46%	2,5	3,5
Operários da Indústria Tradicional	45%	55%	2,0	2,6
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	42%	48%	4,0	4,4
Operários da Construção Civil	66%	74%	2,0	2,9
Prestadores de Serviços Não Especializados	12%	19%	1,7	2,1
Trabalhadores Domésticos	45%	66%	1,1	1,7
Ambulantes	97%	95%	2,5	2,6
Total	31%	43%	3,8	5,3

Fonte: censos demográficos de 1991 e 2000, FIBGE.

que não entra no universo aqui analisado. Em 2000, 18% da população economicamente ativa residente na metrópole do Rio de Janeiro estava procurando trabalho.¹⁰

Vejamos os efeitos dessas tendências gerais do mercado de trabalho sobre espaço metropolitano do Rio de Janeiro.

Embora o espaço metropolitano apresentasse, em 2000, uma clara segmentação social, os municípios e suas áreas internas¹¹ guardavam um significativo grau de heterogeneidade social, mesmo nas áreas mais valorizadas,¹² onde se esperava elevada homogeneidade. O perfil médio dessas áreas era composto por 42% de dirigentes e profissionais, 33% de trabalhadores em ocupações médias e 24,5% de trabalhadores manuais. Na outra ponta da hierarquia espacial, o perfil médio das áreas populares, localizadas nas favelas e na periferia, era formado por 24,5% de trabalhadores em ocupações superiores e médias. As mudanças do mercado de trabalho, nos anos 1990, tiveram rebatimento em todo o território, ou seja, vimos que tanto nas áreas centrais, quanto nas áreas intermediárias do subúrbio carioca e nas periféricas populares, houve aumento relativo dos profissionais de nível superior e dos trabalhadores do terciário especializado e queda relativa das categorias médias (em particular das ocupações de escritório) e dos trabalhadores da indústria de transformação.

É importante destacar que os profissionais puderam ampliar suas estratégias de localização na metrópole, por meio de dois processos viabilizados pelas grandes

¹⁰ Fonte: censo demográfico de 2000, FIBGE.

¹¹ Para as análises numa escala territorial menor que o município, utilizamos como base as 443 áreas construídas pelo FIBGE como unidade mínima de análise dos dados da amostra dos censos demográficos de 1991 e 2000. O número de residentes em cada área, em 2000, variava de 10.000 a 70.000 pessoas, sendo essas unidades territoriais o resultado da agregação de pequenos bairros ou a divisão daqueles mais populosos. Trataremos essas áreas como *proxi* dos bairros.

¹² As áreas mais valorizadas englobam a Zona Sul, Barra da Tijuca e parte da Zona Norte do Rio de Janeiro, bairros da orla de Niterói e o centro de Nova Iguaçu.

empresas imobiliárias. Por um lado, as áreas mais valorizadas da metrópole tornaram-se mais exclusivas das categorias ocupacionais superiores, alimentando a crescente valorização desses espaços. Por outro, essas categorias ficaram menos concentradas nessas áreas, aumentando a presença nos espaços populares de profissionais de menor renda, que permaneceram em seus bairros de origem ou se deslocaram na direção das novas fronteiras de expansão do capital imobiliário nas áreas periféricas.

Encontramos duas mudanças relevantes dentro do universo das 222 áreas¹³ que compõem os municípios periféricos: (i) aumento na diversidade social entre os residentes em 60% das áreas, por meio da maior presença em termos relativos dos profissionais e/ou dos trabalhadores em ocupações médias e (ii) queda no perfil social em 40% das áreas, com aumento relativo apenas dos trabalhadores manuais. Portanto, as transformações no mercado de trabalho, ao longo da década de 1990, não impactaram homoganeamente o espaço periférico, o que pode ser explicado, em grande parte, pelos pactos políticos e pela dinâmica econômica próprios de cada município. A elevação do perfil social em determinadas áreas, por exemplo, pode estar relacionada tanto à ampliação do mercado de trabalho local mais qualificado quanto à expansão da produção imobiliária empresarial para setores médios não-integrados social e economicamente ao seu lugar de residência. A variável “lugar do trabalho”, como veremos, dará algumas indicações para tal questão.

Na Baixada Fluminense,¹⁴ os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Belford Roxo destacam-se em função da maior proporção de áreas com tendência à elevação do perfil social. No entanto, tal tendência decorreu de dinâmicas econômicas locais distintas. A economia formal de Caxias foi a que apresentou maior dinamismo na última metade dos anos 1990, com crescimento significativo em todos os setores de atividades, enquanto em Nova Iguaçu o comércio foi o setor responsável pela expansão das empresas formais e em Belford Roxo tanto o comércio quanto os serviços cresceram.¹⁵ Em Caxias e Nova Iguaçu, tanto as áreas de perfil médio quanto as de perfil popular, estas com elevado peso de operários da indústria, apresentaram tendência à maior diversidade social. No entanto, os dois municípios, apesar do dinamismo econômico, exibiram ainda um número não-desprezível de áreas populares com crescente participação dos operários da construção, dos trabalhadores domésticos e dos prestadores de serviço especializado.

Ainda na Baixada Fluminense, São João de Meriti, município industrial nos anos 1960 e 1970, e Japeri, município localizado na fronteira metropolitana, foram os que apresentaram a mais forte tendência à queda do perfil social: metade de

¹³ O conjunto dessas áreas abrigava, em 2000, cerca de um milhão e seiscentos mil moradores ocupados.

¹⁴ A região, com uma população de três milhões cento e oitenta mil pessoas em 2000, foi o principal eixo de expansão industrial na metrópole, entre as décadas de 1950 e 1970, abrigando municípios consolidados (São João de Meriti e Nilópolis, com taxas de crescimento anuais na década de 1990 próximas de 0%) e os demais, ainda com áreas de expansão. Desde a década de 1990, cinco municípios foram emancipados (Japeri, Queimados, Belford Roxo e Mesquita foram emancipados de Nova Iguaçu e Guapimirim, de Magé).

¹⁵ Os centros de Nova Iguaçu e Caxias funcionam como polos de comércio e serviços na Baixada Fluminense. Após a crise industrial nos anos 1980, Caxias, sede da Refinaria Duque de Caxias, vem retomando seu lugar de polo industrial a partir do final dos anos 1990, porém com maior intensidade na presente década: entre 1996 e 2005, foram 10.000 novos postos de trabalho em empresas formais do setor industrial. A base de dados utilizada foi o Cadastro de Empresas (CEMPRE) elaborado pelo IBGE e disponível no site da Instituição: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/cempre>.

suas áreas tornou-se mais proletária, ou seja, com maior participação dos trabalhadores manuais dos serviços. Em ambos os municípios foi o setor de comércio que dinamizou a economia formal, embora em termos absolutos o patamar de Japeri¹⁶ fosse bem inferior ao de São João de Meriti. São Gonçalo, do outro lado da Baía da Guanabara, apresentou um percentual ainda maior (70%) de áreas com essa tendência à proletarização. A crise da indústria naval teve grande impacto no mercado de trabalho do município, podendo ser esta uma das causas da tendência apresentada.

O maior dinamismo da economia formal em alguns municípios, como Caxias e Nova Iguaçu, garantiu uma proporção menor de trabalhadores precarizados, especialmente na indústria, em comparação com os municípios mais estagnados. Analisando o percentual, em 2000, de trabalhadores sem carteira e por conta própria em Caxias, São João de Meriti e Japeri vemos que, em relação aos operários da indústria tradicional, por exemplo, os “precários” chegavam a 47% em Caxias, 52% em São João de Meriti e 53% em Japeri.¹⁷ No setor da indústria moderna, o percentual em Caxias era de 39% e, em São João, de 45%. Já entre os prestadores de serviços, os percentuais eram muito semelhantes.

Observando o conjunto de áreas periféricas brasileiras mais tipicamente operárias, ou seja, áreas com maior concentração de operários da indústria de transformação, é marcante a diferença entre o Rio de Janeiro e Porto Alegre, a metrópole mais operária do país. Em 1991, as áreas mais operárias no Rio de Janeiro tinham, em média apenas 17% de seus moradores trabalhando na indústria. Em 2000, esse percentual caiu para 10%. Em Porto Alegre, esses percentuais chegavam a 52% em 1991 e 44% em 2000.¹⁸ Essa é uma evidência importante para pensarmos o papel do território nas ações coletivas dos trabalhadores. Se o lugar da moradia é uma dimensão relevante na capacidade de organização dos trabalhadores, a elevada diversidade de situações laborais, na maioria dos bairros populares do Rio de Janeiro, revela os limites para uma ação coletiva que articule tais situações do mundo do trabalho com as condições urbanas de reprodução social.

Examinemos, então, em que medida as mudanças no perfil dos moradores das áreas periféricas estão relacionadas a novas funções econômicas desses territórios. Ou seja, em que medida a periferia pode ser pensada como “lugar do trabalho”, rompendo com uma das características que a definem como tal, isto é, como “dormitório”. Essa questão será a base para pensarmos as distâncias e os tempos gastos nas práticas cotidianas dos trabalhadores. Utilizarei a variável censitária “município de trabalho” para fazer a relação entre lugar de moradia e lugar de trabalho da população ocupada que reside nos municípios periféricos.

¹⁶ Japeri é um dos municípios com menor arrecadação de impostos do Estado do Rio de Janeiro. O crescimento de 125% dos empregados no comércio formal, entre 1996 e 2000, equivalia a 472 trabalhadores a mais (CEMPRE/FIBGE).

¹⁷ Veremos mais adiante que, no setor específico da confecção de roupas em Caxias e São João, essa diferença entre os dois municípios permanece.

¹⁸ Na metrópole de São Paulo, os bairros mais tipicamente operários apresentavam em seu perfil médio 28% de operários da indústria em 1991 e 20% em 2000.

A principal mudança verificada entre 1980¹⁹ e 2000 foi o aumento significativo no percentual e no volume de pessoas que não saíam de seu próprio município de residência na periferia para trabalhar: 63% dos ocupados trabalhavam, em 2000, no município em que moravam, o que representava cerca de um milhão de pessoas, enquanto em 1980, esse percentual era de apenas 48%, equivalendo a cerca de 590 mil pessoas.²⁰ Em síntese, houve uma redução da mobilidade casa-trabalho de longa distância para os moradores da periferia, levando a crer que o mercado de trabalho não só se expandiu nessas áreas, mas também absorveu parte da mão de obra local.

Uma primeira explicação para tal fenômeno seria que o aumento da imobilidade espacial dos trabalhadores estaria relacionado principalmente à expansão do mercado de trabalho informal de baixa qualificação nas áreas periféricas. Assim, o ganho com a proximidade do trabalho estaria associado ao trabalho precário. Uma segunda explicação, que não exclui a primeira, seria o maior dinamismo econômico em sub-centros periféricos com a ampliação do mercado de trabalho local, especialmente para os setores médios. Tal dinamismo geraria, ainda, uma economia, tanto formal quanto informal, de serviços de média e baixa qualificação dirigidos para esses setores. A análise de alguns dados confirma as duas explicações.

Os municípios mais consolidados e mais diretamente afetados pela crise do setor industrial nos anos 1980²¹ foram os que mais ampliaram a capacidade de reter a mão de obra local. O interessante é que esse processo ocorreu com a mesma intensidade nos municípios economicamente mais dinâmicos e naqueles estagnados. Vimos que todos os municípios periféricos apresentavam, em 2000, alta absorção de seus moradores de mais alta qualificação profissional no mercado de trabalho local. Em todos, o percentual de empregadores, dirigentes e profissionais trabalhando no próprio município de residência era superior a 50%.²² Em contraposição, os técnicos e supervisores de nível médio e os empregados de escritório tendiam mais ao deslocamento diário para outros municípios, em particular para o município do Rio de Janeiro.

Em relação às categorias ocupacionais manuais, o trabalhador doméstico era, em grande parte dos municípios periféricos (menos em Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo), a única ocupação com menos de 50% de ocupados no mercado local. A maioria dos ambulantes, por outro lado, exercia suas atividades no próprio município.²³ Neste caso, a imobilidade espacial desses trabalhadores estaria relacionada à descentralização de uma economia popular marcada pela precariedade das condições de trabalho. Os operários da construção civil também eram, maio-

¹⁹ Aqui utilizou-se o censo demográfico de 1980 em função da inexistência da variável "lugar em que trabalha ou estuda" no censo de 1991.

²⁰ Esse aumento ocorreu de forma expressiva em todos os municípios periféricos, com exceção de Itaboraí e Maricá.

²¹ São estes: Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis e São Gonçalo.

²² Em Caxias, mais de 70% dos profissionais, cerca de 6.500 ocupados, trabalhavam no próprio município. Em São João, esse percentual era de 50%, equivalendo a 2.300 ocupados.

²³ Em média, cerca de 80% dos ambulantes trabalhavam em seu próprio município. Mesmo em municípios estagnados, como Japeri, 73% estavam nesta situação.

ritariamente, absorvidos pela dinâmica imobiliária local. O setor da produção imobiliária nos municípios mais dinâmicos contém diferentes formas e escalas de produção, desde a autoconstrução, até grandes incorporações por empresas de ponta. Todas as formas apresentam elevada taxa de informalidade do trabalho, porém os circuitos econômicos e o volume dos rendimentos são distintos. Por fim, os operários da indústria de transformação apresentaram dinâmicas territoriais diferenciadas entre aqueles do setor moderno e os do setor tradicional. Esse último setor, em que as indústrias do vestuário e de alimentos se destacam e o grau de precariedade, como vimos, é maior, mostrou-se mais enraizado no espaço local por utilizar uma proporção maior de trabalhadores locais em comparação ao setor da indústria moderna.²⁴

Podemos dizer, a partir da descrição anterior, que algumas distâncias, percorridas cotidianamente pelos trabalhadores residentes na periferia metropolitana do Rio de Janeiro, diminuíram em função da descentralização do capital imobiliário, dos serviços e do comércio. O mercado de trabalho diversifica-se nessas áreas, ampliando o campo de possibilidades de inserção laboral para os moradores locais.

A seguir, por meio da leitura de algumas experiências de trabalho no setor da indústria do vestuário em Caxias e São João de Meriti, buscarei qualificar o trabalho manual realizado na periferia. Trata-se de um setor produtivo com alta absorção de mão de obra local e com alto grau de precariedade nas relações de trabalho, se considerarmos precário o trabalho não-regulado por contrato legal.

A Indústria do Vestuário, o Bairro Periférico e o Sentido do Trabalho Precário

O período de recessão econômica na década de 1980 representou uma queda acentuada no número de unidades industriais na Baixada Fluminense, revertendo o quadro da década anterior, de elevada expansão industrial.²⁵ O único município da região que apresentou continuidade nessa expansão, embora em ritmo menor, foi São João de Meriti. A explicação para este crescimento está na indústria do vestuário, que passou de 31 unidades para 114 entre 1980 e 1985, fazendo com que o setor se transformasse no principal gerador de empregos em indústrias formais no município. O comércio local também acompanhou essa expansão, gerando, no distrito de Vilar dos Teles, o chamado “Polo do Jeans”, área comercial que, neste período, atraía revendedores e compradores de diversas regiões do estado.²⁶ Na era Collor, a abertura do mercado brasileiro aos produtos importados afetou diretamente o mercado de confecção de roupas da região, especialmente a produção e comercialização de jeans, que entrou em declínio.

²⁴ Em Caxias, 67% dos operários do setor moderno e 71% dos ligados ao setor tradicional trabalhavam no próprio município, em São João, eram 44% e 60% respectivamente.

²⁵ Em Caxias, por exemplo, o número de indústrias formais passou de 530, em 1970, para 901, em 1980 (censos econômicos de 1970 e 1980, FIBGE).

²⁶ O polo do jeans não apresentou dinamismo suficiente para compensar, pelo menos em São João de Meriti, a crise na produção e principalmente no emprego industrial nos anos 1980: segundo os censos demográficos, nesse município residiam 24.700 operários manuais da indústria de transformação em 1980, equivalendo a 18% do total dos moradores ocupados; em 1991, eram 18.900, equivalendo a 12,5%. Em Caxias, a queda foi semelhante no mesmo período.

Para o ano de 2000, os dados do IBGE sobre as empresas formais mostram um quadro interessante: São João abrigava um número maior de empresas de “confeção de artigos do vestuário e acessórios” do que Caxias; no entanto, o número total de trabalhadores nas empresas de Caxias era o dobro do referente à São João.²⁷ Ou seja, as indústrias do vestuário em Caxias eram de porte maior, com uma média de quinze trabalhadores por fábrica, enquanto em São João eram apenas seis trabalhadores por fábrica. Existem dois sindicatos de empregados do setor atuando na região: o “Sindicato dos oficiais alfaiates, costureiras e trabalhadores nas indústrias de confecções de roupas e de chapéus de senhoras”, com sede em Caxias, e o “Sindicato das costureiras da Baixada Fluminense”, em São João de Meriti. Ambos sem uma base operária organizada e, segundo duas costureiras sindicalizadas, ineficientes em suas funções assistenciais:

Nós somos sindicalizadas, o sindicato fica em Duque de Caxias, mas o sindicato não ajuda em nada, o sindicato é comprado pelos patrões. O sindicato não disponibiliza uma clínica, nem convênio médico (E., empregada com carteira na fábrica Zarkos, Caxias).

As costureiras sindicalizadas, ou mesmo as assalariadas com carteira, são minoria entre as profissionais do ramo que residem nos dois municípios estudados. Pelo censo de 2000, Caxias abrigava cerca de 7.500 costureiras,²⁸ sendo que, destas, em torno de 3.200 (42%) apenas eram formalmente contratadas como empregadas. Em São João de Meriti, encontramos situação semelhante: eram cerca de 5.100 trabalhadoras, sendo em torno de 1.900 (39%) com carteira assinada.²⁹ Poderíamos classificar essa profissão como de elevado grau de “precarização”. Aprofundemos, então, o sentido dessa precariedade, começando pelo papel do território nas condições de trabalho.

As costureiras de Caxias e São João estão fortemente circunscritas a um mercado de trabalho local: cerca de 70% trabalhavam em seu próprio município, em 2000. Entre as profissionais autônomas, esse percentual chegava a 91% em ambos os municípios e, entre aquelas com carteira assinada, não passava de 48%. Portanto, no setor de confecção de roupas, a proximidade entre a casa e o trabalho na periferia aparece mais fortemente relacionada à precariedade do trabalho se comparado com aquele exercido a mais longa distância.

Descendo mais na escala territorial, o bairro exerce um papel chave nas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, especialmente para as costureiras que estão ingressando na profissão, seja por meio da circulação das informações

²⁷ Caxias abrigava, em 2000, 136 empresas formais do setor de vestuário e acessórios, que empregavam 2.079 trabalhadores. Em São João, eram 202 empresas, com 1.194 trabalhadores. Dados do CEMPRE/FIBGE.

²⁸ Os dados estatísticos referentes às costureiras foram retirados do censo demográfico de 2000, em que essa ocupação é denominada “operadores de máquinas de costura de roupas”. Estou usando o nome da profissão no feminino em função de a grande maioria desses profissionais serem mulheres: 96%, para o total da metrópole.

²⁹ Em ambos os municípios, as costureiras equivaliam, em 2000, a cerca de 3% do total dos residentes ocupados.

boca a boca sobre “vagas abertas”, seja por meio da aprendizagem informal com a vizinha ou ainda da pessoalidade nas relações econômicas locais:

Aprendi a costurar com essa menina aqui na rua Feira de Santana. Eu comecei lá com ela, arrematadeira, cortando linha. Aos poucos, ela foi me botando na máquina e eu fui aprendendo a costurar. Hoje em dia eu costuro em todas as máquinas. Entrei lá com treze, catorze anos, aí aprendi a costurar. (...)

Tenho uma cliente que tem uma loja aqui em São João e tenho dois clientes que fazem feira. No caso, eles cortam, trazem, aí eu costuro. E eu mesma faço a minha roupa também e vendo. Eu faço e vendo assim pras pessoas aqui perto de casa. Eu mesma fabrico a minha roupa e vendo vestido, essas coisas assim... (V., 29 anos, autônoma, trabalha em casa, São João de Meriti).

Examinando as áreas de residência das costureiras em São João do Meriti, é clara a concentração nos bairros Jardim Meriti e Vilar dos Teles, local do extinto “polo do jeans”: eram 1.650 costureiras morando nessa região, sendo 1.290 trabalhando no próprio município.³⁰ Em Caxias, o bairro Parque Duque concentrava 740 costureiras em 2000. A “costureira do bairro”, que faz pequenos ajustes e fabrica roupas em seu domicílio para o comércio local e para a vizinhança, é um fenômeno comum na Baixada Fluminense. Nesse caso, existe uma habilidade adquirida ao longo da trajetória laboral que viabiliza o trabalho concreto na produção de uma roupa. Essa habilidade pode ser adquirida na família, nas confecções de fundo de quintal, por meio das relações de vizinhança ou na própria fábrica de produção fordista:

Aprendi na Demillus, com catorze anos, quando eu entrei. Lá eles ensinam (M., trinta anos, empregada com carteira na fábrica Cristilux, em Caxias).

Aqui tem escolinha. Quando eu cheguei aqui, eu aprendi a fazer tudo. As meninas entram aqui tudo sem saber (M., quarenta anos, empregada com carteira na fábrica Zarkos, Caxias).

A entrada na profissão, período inicial de aprendizagem, ocorre com maior frequência por meio da fábrica e do assalariamento. As duas tabelas a baixo mostram que as costureiras mais jovens, com menos de 25 anos, são majoritariamente empregadas com carteira assinada, portanto mais “estáveis”, enquanto as com idade mais avançada são majoritariamente autônomas, portanto mais “precárias”.

³⁰ Dados retirados do censo de 2000.

Tabela 2: Costureiras residentes em Caxias, segundo as faixas de idade e as relações de trabalho em 2000.

Relação de trabalho	menos de 25 anos	de 25 a 34 anos	de 35 a 44 anos	45 anos ou mais	Total	Total
c/ carteira	70%	50%	39%	16%	43%	3225
s/ carteira	19%	21%	19%	20%	20%	1495
conta própria	11%	28%	42%	64%	38%	2859
Total costureiras	100%	100%	100%	100%	100%	7579

Fonte: censo demográfico de 2000, FIBGE.

Tabela 3: Costureiras residentes em São João de Meriti, segundo as faixas de idade e as relações de trabalho em 2000.

Relação de trabalho	menos de 25 anos	de 25 a 34 anos	de 35 a 44 anos	45 anos ou mais	Total	Total
c/ carteira	60%	51%	32%	22%	39%	1972
s/ carteira	30%	23%	26%	16%	23%	1174
conta própria	10%	26%	42%	62%	38%	1931
Total costureiras	100%	100%	100%	100%	100%	5077

Fonte: censo demográfico de 2000, FIBGE.

O importante aqui é procurarmos o sentido dessa crescente “autonomia” das costureiras conforme a idade avança. Na fala da costureira autônoma V., apresentada anteriormente, encontramos duas situações laborais distintas: o trabalho abstrato de montagem das peças de uma roupa e o trabalho concreto de criação e confecção de uma roupa. No primeiro caso, a “autonomia” se aproxima do assalariamento não-regulado, sendo, em muitos casos, a forma de pagamento pelo trabalho – salário ou remuneração por peça produzida – a única distinção. O depoimento abaixo expõe a subordinação da costureira “autônoma” a uma única empresa de confecção de roupas:

Já fui autônoma, mas a firma onde eu trabalhava começou a terceirizar e parou de mandar serviço. Aí eu decidi trabalhar de carteira assinada (S., 44 anos, empregada com carteira na fábrica Zarkos, Caxias).

O trabalho assalariado com carteira assinada aparece, em diferentes depoimentos, vinculado à ideia da desvalorização da profissão de costureira, em que o valor do salário é o principal critério de avaliação, porém não o único. A falta da perspectiva de ascensão profissional conjuga-se ao baixo salário. A estabilidade da renda é a única justificativa para a permanência na fábrica:

Dizem que antigamente a costureira ganhava a mesma coisa de um motorista de ônibus, tinha a mesma importância. Hoje em dia, o motorista já está ganhando acho que 1.000 reais e a cos-

tureira nem a 500 chega. É um pouco ingrato, muito pouco. Em casa pelo menos você pega 1, 2, 3 clientes. Aí dá pra trabalhar bastante e tirar um dinheirinho legal.[...]

Nessa fábrica de ternos, também, em que eu trabalhei ano passado, eles não dão oportunidade, a costureira não passa a encarregada, não passa a nada. Tem gente que tem trinta anos de casa lá e é costureira, sempre a mesma coisa. Um pouco ingrato, cada lugar tem a sua norma (V., 29 anos, autônoma, trabalha em casa, São João de Meriti).

O único ponto positivo é que a fábrica é muito correta no pagamento. Às vezes o salário é pago de forma adiantada, quando tem feriado por exemplo. Não atrasam salários (E., empregada com carteira na fábrica Zarkos, Caxias).

A costureira autônoma teria então duas vantagens frente à empregada da fábrica: maior renda³¹ e maior controle sobre o tempo e o processo de trabalho. Uma condição para que o trabalho autônomo gere uma renda superior ao salário médio é o saber acumulado na produção e criação da “peça inteira” ou, em outras palavras, na realização do trabalho concreto. Esse saber amplia as oportunidades de trabalho – produção para lojas, feiras e vizinhos, no caso aqui estudado – para além do trabalho abstrato domiciliar de montagem de fragmentos de um produto, organizado por empresas formais e informais que terceirizam a produção.

O trabalho por conta própria, quantificado pela estatística, contém sentidos distintos. Pode ser entendido como trabalho autônomo de fato, em que o trabalhador exerce o controle sobre o processo de produção do bem produzido, ou como trabalho abstrato subordinado a um processo produtivo fabril, porém realizado fora da fábrica e desvinculado da relação salarial. Nesse segundo caso, a precarização é evidente; no primeiro caso, nem tanto. A ampliação do campo de possibilidades de trabalho reduz os riscos de instabilidade da renda e de entrada na precariedade da própria vida.³²

Concluo que a concentração territorial da confecção de roupas e o saber acumulado pelas trabalhadoras são dois elementos necessários para o surgimento ou a ampliação de ações coletivas que disputem e redirecionem os recursos públicos para o fortalecimento de experiências autogestionárias de trabalho e para a reprodução do trabalhador e sua família.

³¹ A renda média das costureiras por conta própria, em Caxias e São João, era superior ao das empregadas com e sem carteira, com exceção das profissionais com mais de 45 anos, segundo o censo de 2000. Em São João, a renda média das autônomas entre 25 e 44 anos era de 2,5 salários mínimos e a das empregadas com carteira, 1,8 salários.

³² Para o avanço dessa discussão, seria importante trabalharmos com a esfera da unidade doméstica como unidade econômica básica. Sendo a renda e a sua estabilidade critérios decisivos na escolha do trabalho, então tal escolha é, em grande medida, familiar. Nos depoimentos das costureiras, aparecia de forma clara a função complementar da renda auferida no orçamento doméstico.

Conclusão

Como mencionado no início deste trabalho, a intenção última da análise aqui realizada é gerar subsídios para a formulação de políticas urbanas que busquem romper a fronteira que divide os campos da produção econômica e da reprodução social. Entendo que essa fronteira impõe limites à efetividade de uma política urbana que crie condições para a superação das barreiras, materiais e simbólicas, ao acesso à cidade, ou seja, a uma vida urbana plena, nutrida pelo princípio da redistribuição e da cooperação.

Na leitura do problema urbano marcada pela desconexão entre as esferas do trabalho e da reprodução social (acesso a bens e serviços), as desigualdades são analisadas independentemente das relações sociais produtoras e reprodutoras da hierarquia de poder em nossa sociedade, embora seja o trabalho a atividade que localiza socialmente os indivíduos nessa hierarquia.

Sociólogos e economistas já acumulam uma relevante reflexão e inúmeras pesquisas sobre a crise do trabalho e seu impacto sobre as desigualdades sociais. Planejadores urbanos e geógrafos privilegiam o impacto dessas desigualdades sobre o território, evidenciando novos padrões de segregação urbana. Ao mesmo tempo, a materialidade da cidade, a localização das coisas e das pessoas no território, portanto as distâncias e proximidades, as barreiras e aberturas modificam as condições de acesso à cidade. Os bens e serviços urbanos, objetos da política pública, não devem ser pensados apenas como condição para uma vida digna, mas também como recursos produtivos e monetários, passíveis de serem apropriados pelos trabalhadores em práticas emancipatórias. No Brasil, é crescente a atividade econômica domiciliar em áreas populares, seja na confecção de roupas, na produção de alimentos ou na prestação de serviços variados. Nesses casos, o acesso à água potável, à eletricidade e à telefonia e o baixo preço da tarifa desses serviços são condições para a formação de redes produtivas locais que promovam a superação da precariedade da vida nesses lugares.

Um último desafio é buscarmos captar a dinâmica metropolitana por meio das práticas cotidianas de seus moradores. Uma política urbana que busque romper com as barreiras socioespaciais que segmentam a metrópole terá que incorporar a dimensão dos percursos cotidianos, seja entre a casa e o trabalho, o trabalho e o lazer ou a casa e a escola, no sentido da articulação entre o planejamento municipal, que incide sobre apenas algumas dimensões do cotidiano dos moradores, e a vida metropolitana. O mercado de trabalho, o mercado imobiliário, os serviços de água, esgoto e transporte e inúmeros equipamentos culturais e comerciais, como os *shoppings*, são metropolitanos. Porém a regulação e o ordenamento territorial dessas atividades estão sob a responsabilidade do poder público municipal, pouco interessado em reduzir sua autonomia na alocação dos investimentos e no controle do seu território.

Referências Bibliográficas:

- BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- KAZTMAN, Ruben. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista de La Cepal*, n. 75, Santiago: Cepal, 2001.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- LAGO, Luciana Corrêa. A "periferia" metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. *Cadernos IPPUR*, n. 2, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2007, pp. 9-28.
- MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo et al. (orgs.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, pp. 27-44.
- NORONHA, Eduardo G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53, São Paulo: Anpocs, 2003, pp. 111-29.
- OLIVEIRA, Jane Souto. Mutações no mundo do trabalho: o (triste) espetáculo da informalização. *Democracia viva*, n. 21, Rio de Janeiro: Ibase, 2004, pp. 6-13.
- TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, Vera da Silva e CABANES, Robert (orgs.). *Nas tramas da cidade. Trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas/IRD, 2006, pp. 69-116.
- SABOIA, João. Mercado de trabalho no Brasil: fatos e alternativas. In: SICSU, João; PAULA, Luiz Fernando de e RENAUT, Michel (orgs.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. v.1. Barueri: Editora Manole Ltda, 2005, pp. 217-37.
- TOPALOV, Chistian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 23-51.

Recebido em 30 de setembro de 2009.

Aceito para publicação, em 29 de outubro de 2009.